



## EDUCAÇÃO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A CONCEPÇÃO DE UMA OPERADORA DE RECEPTIVO POPULAR

Katiane Alves  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
katianny.alves@yahoo.com.br

Francisca de Paula Santos da Silva  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
fcapaula@gmail.com

Alfredo Rodrigues Matta  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
alfredomatta@gmail.com

Rosane Sales dos Anjos  
Operadora de Receptivo Popular AQC  
rsales2011@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a proposta de educação para o Turismo de Base Comunitária (TBC). Para isso, tomou-se como base a pesquisa em processo de aplicação em doutoramento, descrevendo os princípios extraídos da articulação conceitual utilizada para a proposta educacional aplicada ao contexto histórico do Quilombo Cabula, visando a formação de jovens, estudantes da educação básica e ensino superior, e adultos moradores dessa localidade. Para aplicação, enquanto proposta educacional, utiliza-se a Pesquisa-Aplicação ou *Design-Based Research* (DBR), desenvolvida e apropriada para pesquisa aplicada, pois favorece a contribuição coletiva de múltiplos sujeitos, tendo como etapas de investigação, a aplicação e refinamento da solução visando desenvolver soluções práticas. Para elaboração deste artigo realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa documental e gabinete. Utilizou-se Silva (2014), como referenciais teóricos para fundamentar o Turismo de Base Comunitária com ênfase em Operadoras de Receptivo Popular. Para Educação, buscou-se aporte no dialogismo de Paulo Freire (1980, 1987, 2004). Na Economia Solidária considerou-se os estudos de Singer (2002). O resultado desta fase da pesquisa reflete a necessidade do diálogo na construção de solução por meio de uma proposta de educação para o turismo de base comunitária em coautoria com a comunidade.

**Palavras-chave:** Educação para o Turismo de Base Comunitária. Quilombo Cabula. Economia Solidária. Pesquisa Aplicação. *Design-Based Research* (DBR). Operadora de Receptivo Popular.



## 1 INTRODUÇÃO

A proposta da criação de uma operadora de receptivo popular teve origem no projeto “Turismo de Base Comunitária, na região do Cabula e entorno: Processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis, Sustentáveis e Solidários (RTUARSS)”, aprovado e financiado pelo edital 021/2010, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) com o apoio da UNEB, desenvolvido por integrantes do grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SSEETU) e Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais (Rede Educa), entre eles voluntários, doutorandos, mestrandos, estudantes de graduação e articuladores das comunidades.

Para isso, fez-se levantamento de dados estatísticos e demais informações sobre educação, saúde, esporte e lazer, cultura em instituições competentes. Em seguida realizou-se a inventariação de oferta turística na região do Cabula e entorno com articuladores dessas comunidades envolvidas e que compreende as seguintes localidades: 1] Engomadeira; 2] Estrada das Barreiras; 3] Beiru/ Tancredo Neves; 4] Arenoso 5] Arraial do Retiro 6] Fazenda Grande do Retiro; 7] Narendiba; 8] Doron; 9] Saboeiro; 10] Pernambuco; 11] Saramandaia; 12] São Gonçalo do Retiro; 13] Cabula; 14] Resgate; 15] Mata Escura; 16] Sussuarana; e 17] Novo Horizonte.

Após oito anos dessa iniciativa, em 2018, deu-se início a “oficialização” da Operadora de Receptivo Popular AQC (Antigo Quilombo Cabula), sob a coordenação de Rosane Sales Anjos, integrante do projeto já citado, articuladora comunitária e moradora de Pernambuco, comunidade localizada no antigo Quilombo Cabula. Com essa oficialização, percebe-se a necessidade de formação de colaboradores no sentido de compreensão e ações desenvolvidas dentro da organização proposta pelo TBC, que possui sua base nos princípios da autogestão, colaboração, cooperação, solidariedade e sustentabilidade (ALVES, 2017).

Nesse sentido, para o desenho de uma educação visando esta formação tomou-se a perspectiva dialógica freiriana, enquanto prática educativa com princípios pautados no valor comunitário, libertário fortalecendo a educação popular, aliados à economia solidária. Pensando na formação de jovens estudantes da educação básica e ensino superior, demais moradores do Quilombo Cabula, buscou-se aporte teórico na educação que dialoga com os diversos sujeitos e diferentes espaços de construção e partilha de conhecimento. Para essa interlocução, utilizou-se na educação Paulo Freire (1980, 1987, 2004), Turismo de Base



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

Comunitária, Silva (2014), Agência de turismo Tomelin (2001) Beni (2007), Economia Solidária Singer (2002), entre outros autores que dialogam com esta pesquisa.

A metodologia utilizada propõe o diálogo, na qual a leitura ou interpretação do sujeito é respeitada propiciando a partilha e construção coletiva durante o processo de formação, sendo nesse sentido a metodologia de Pesquisa-Aplicação com *Design-Based Research (DBR)* que em português pode ser interpretada como Pesquisa de Desenvolvimento, favorece o desenho do curso com a participação dos colaboradores, portanto, sugere construção de conhecimento colaborativo que tenha em seu processo o diálogo contínuo visando criar intervenções e soluções de problemas, na medida em que a aplicação apresenta resultado que necessita de aperfeiçoamento, propiciando aos sujeitos engajados nessas pesquisas à construção contínua da solução mais adequada à sua realidade (MATTA *et al.*, 2014)

A estrutura deste trabalho compreende esta introdução, seção que trata da proposta de educação para o Turismo de Base Comunitária, visando a formação da operadora de receptivo popular. Em seguida traz o diálogo acerca da concepção de uma operadora de receptivo popular; a metodologia utilizada para a elaboração e desenvolvimento da pesquisa; e, por fim, uma reflexão da fase do trabalho em aplicação.

## **2 CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Uma proposta educacional que tenha como base a concepção dialógica de Paulo Freire, considera em primeira instância o desenvolvimento e evolução constante do sujeito, bem como o reflexo disso na sociedade, no contexto no qual está inserido. O respeito e leitura compreensiva e cuidadosa desses aspectos possibilitam um diálogo que busca construções ou alternativas viáveis para a solução que se pretende.

O desenho de uma educação para o Turismo de Base Comunitária requer o planejamento de ações educativas onde os sujeitos sejam engajados de maneira que sua participação mobilize o coletivo para buscar soluções oriundas dos problemas que surgem no cotidiano, fazendo isso no reconhecimento e valorização das potencialidades do lugar onde vive, por meio da história cultura.

Essa concepção dialoga com os princípios do Turismo de Base Comunitária, da Economia Solidária quando saem do campo da teoria para o exercício da prática, verificando as diferenças, especificidades e individualidade de cada sujeito envolvido mais que no



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

coletivo se encontra para construir juntos. Sob esses aspectos, que o contexto realizado construiu espaço para diálogo, buscando a educação para o Turismo de Base Comunitária no Quilombo Cabula, onde o mundo do trabalho aparece enquanto perspectiva resultante das ações dos sujeitos envolvidos nesse processo, seja jovens e/ou adultos inseridos nesse contexto histórico. Acerca de pesquisas alicerçadas no estudo de contexto, vale ressaltar seu papel neste campo de pesquisa, onde o materialismo dialético traz para análise e compreensão a produção e modo de produção da existência humana. (MATTA et al., 2020, p.3)

[...] Daí a ideia de contexto histórico: uma análise da História realizada a partir da interpretação dialética do analista, e em função da análise da problematização em questão. Em outras palavras, embora com todo rigor investigativo e de referências, o que Marx constrói jamais é uma proposta de imposição de verdades históricas, e de cunho autoritário como muitos, baseados nos manuais stalinistas, poderiam supor. [...] O propósito do contexto histórico marxista é, portanto, muito mais trazer as bases da compreensão dos processos sociais presentes em suas questões de investigação, que apresentar narrativas e fatos sequenciados cronologicamente ou narrados em algum tipo de historicismo (MATTA *et al.*, 2020, p. 2-3).

O contexto é sobretudo, a base para diálogo acerca dos aspectos sociais, culturais, históricos, ambientais e econômicos, fundamentais para a formação dos sujeitos participantes no entendimento e desenvolvimento do turismo de base comunitária, sobretudo, na valorização da riqueza histórica e cultural, por meio da compreensão e identificação na contemporaneidade também necessários quando se trata da história de resistência e permanências nesse contexto.

Feito esse processo de levantamento ou interpretação do contexto, buscou-se por meio de uma articulação conceitual extrair princípios para a base dessa educação, norteados pelo Turismo de Base Comunitária, Economia Solidária e Educação Popular, aplicados à pesquisa desenvolvida ou em desenvolvimento, por meio de rodas de conversa, aula dialogada, prática onde haja escuta sensível e respeitosa, dialógica, conforme descrito no Quadro 1.

**Quadro 1.** Princípios do Turismo de Base Comunitária, Economia Solidária e Educação Popular aplicados à proposta educacional

PRINCÍPIOS	APLICAÇÃO À PROPOSTA EDUCAÇÃO PARA O TBC
------------	--



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

<b>Autogestão</b>	A autogestão no TBC também estará presente seja na autonomia da comunidade para tomar decisões a partir dos temas dialogados nas rodas de conversa, possivelmente em ações que envolvem a gestão da operadora, ou elaboração dos roteiros ou outras possibilidades sugeridas pelos sujeitos colaboradores.
<b>Cooperação</b>	Durante as rodas de conversas ou aula dialogada as ideias, ações planejadas tenham o coletivo como maneira de organização para o bem estar coletivo.
<b>Colaboração</b>	A colaboração estará presente quando todos os envolvidos estejam dispostos a colocar em prática as ideias que foram planejadas dentro do coletivo, onde todos tenham participação ativa.
<b>Solidariedade</b>	A solidariedade aparecerá durante as partilhas nas rodas de conversa ou aula dialogada, no respeito ao outro e na reflexão e proposta de ações que valorizem o bem estar coletivo.
<b>Sustentabilidade</b>	Será expressada e posta no planejamento e na prática quando o coletivo apresentar ideias, sugestões que tenha por exemplo na elaboração de um roteiro a valorização de práticas sustentáveis que valorizem o meio ambiente, o uso responsável dos recursos naturais, a preocupação com o entorno no que refere a economia. Tenha consciência social e ambiental nas ações.
<b>Democracia e igualdade</b>	Presenta do mesmo modo, quando nas decisões tomadas, as ideias defendidas nos diálogos, dando voz a todos, sendo a escuta um caminho para o respeito às diferenças. Quando pensado já na organização de um coletivo a exemplo da Operadora, ao se tratar de recursos financeiros, essa igualdade fará sentido também no momento da partilha
<b>Igualdade plena do ser humano</b>	Estará presente nos diálogos na roda de conversa , quando apresentar as diferentes ideias, modo de pensar e ler o mundo, no respeito aos diversos saberes e opiniões, ciente dos direitos e deveres coletivos.
<b>Reflexão e questionamento</b>	Acontecerá pela natureza da organização das rodas de conversas e aula dialogada, as trocas, partilhas, questionamentos, reflexão sobre os tema colocados seja do contexto, da educação em si, do curso, de outras demandas da vida, do cotidiano.
<b>Diálogo</b>	As rodas de conversas ou aula dialogada por si já consideram a possibilidade escuta sensível, ativa, o respeito novamente aos saberes.
<b>Aprendizagem significativa</b>	Acontecerá quando os temas dialogados tenham efeito na vida prática, no pensar e agir dentro do coletivo, das propostas colocadas, dos diálogos entre o contexto local e conhecimento científico.

Fonte: Elaborada por Alves (2022).

Para essa compreensão buscou-se suporte em Paul Singer (2002a) porque nessa perspectiva o modelo de cooperativismo autogestionário ganha centralidade abrangendo a forma de organização econômica e noção de economia solidária por meio dessas experiências, em que as pessoas envolvidas encontrariam as condições necessárias para a prática a partir de valores ideológicos como a solidariedade, participação, igualdade e cooperação. Esses princípios refletem a organização social do capítulo de contexto que revela a concepção ou relação de trabalho daqueles povos, do ponto de vista do modo de produção primitivo ou comunal.



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

A economia solidária é um movimento popular para construir, um modelo de desenvolvimento solidário, sustentável de inclusão social e cidadania. Cresce à medida que o capitalismo gera crises, tendo em vista a distribuição de riqueza focada na valorização do ser humano. A economia solidária se baseia no fato de que as diferenças do capitalismo criam espaços para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja visão é oposta ao modo de produção dominante. A produção capitalista comporta o desenvolvimento de outros modos de produção, pois esta é incapaz de inserir em si toda a demanda da população, produzindo desigualdade crescente. A desigualdade e a competição resultam da forma como se organizam as atividades econômicas. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual e liberdade individual (DIAS *et al.*, 2014, p.3).

A compreensão de empreendimentos autogeridos nas palavras de Paul Singer perpassa a ideia de alternativa dos trabalhadores para o assalariamento e pobreza, mas amplia para práticas que transformam a consciência e comportamento desses grupos que carregam valores ideológicos como participação, igualdade, solidariedade, união, em oposição aos fundamentos da lógica capitalista (SINGER, 2002b). Ainda sobre o tema, para o autor, o modelo de autogestão é quem define se uma empresa é ou não solidária, tendo em vista que os princípios são solidariedade, igualdade, participação e cooperação nas atividades econômicas, sendo a palavra autogestionária como síntese indica isso: igualdade democracia (SINGER, 2002a, p. 16-23, 2002b, p. 86, 149).

Estas premissas constam no decreto nº 7.358 de 2010 que institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, Política Nacional de Economia Solidária-2012, dispondo sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, criando com isso o Sistema Nacional de Economia Solidária, onde o segundo artigo desta política considera:

Art. 2º – A Economia Solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (BRASIL, 2012, p.1).

A forma legal da economia solidária prevê ações que dialogam com a educação popular que tem em seu organismo a função de construir ações educativas com os sujeitos a partir do contexto em que estão inseridos e faz uso do cotidiano para desenvolver ações e





## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

assim nasce o processo educativo. Nessa perspectiva, os princípios que norteiam a educação popular pautadas nas ideias Freiriana “[...] defendem que a elaboração teórica baseada na realidade do povo é um resgate de sua cultura e de suas relações sociais e de trabalho.” (PEREIRA, 2014, p. 4).

Essa base que articulada aos conteúdos científicos, da educação popular e não formal de maneira crítica e reflexiva promove o diálogo que podem contribuir para a leitura de mundo, conforme nos diz Paulo Freire (2004, p.30) “estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares são fundamentais aos alunos e as experiências sociais que eles têm [...]”, a partir dessa junção do saber da escola e o saber cotidiano, enquanto caminho para pensar e agir diante das demandas sociais da própria comunidade em que vive.

Essa intimidade com os saberes curriculares são fundamentais para quebrar a educação bancária, conforme afirma Freire (1987, p.65) na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus “temas geradores”. A ideia é partir do contexto dos sujeitos, respeitando e dialogando com o seu mundo, com o cotidiano.

Na programação educativa e dialógica, onde educadores-educandos participam e inclui o que Freire (1987) chama de “temas dobradiças”, em nossa proposta tornam-se necessários, diante da transversalidade e multirreferencialidade que envolve o turismo de base comunitária, para além dos princípios que constituem sua prática. Com isso, o levantamento do contexto nesta pesquisa é fundamental para construção de conhecimento, para interlocução entre a comunidade e o pesquisador, sendo este legitimado e validado pela comunidade, quando apresentado e aberto para diálogo. O diálogo é um princípio fundante na educação para o Turismo de Base Comunitária. O entendimento acerca dos princípios apresentados dialoga com o conceito de Turismo de Base Comunitária desenvolvido pela equipe do Projeto TBC Cabula e dos grupos de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SSEETU) e Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais (REDE EDUCA), enquanto forma de organização e gestão.

Entendemos o turismo de base comunitária como uma forma de planejamento, organização, autogestão e **controle participativo**, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades que deverão estar articuladas, em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros **elos da cadeia produtiva do turismo**, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades (SILVA *et al.*, 2012, p. 11, grifo nosso).



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

A descrição de princípios e definição de TBC faz-se necessário para compreensão da proposta de formação de uma operadora de receptivo popular, conforme a próxima seção.

### **3 DO CONCEITO DE AGÊNCIA DE TURISMO À CONCEPÇÃO DE OPERADORA DE RECEPTIVO POPULAR EM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Para entendimento da função de uma agência de viagem e operadora de turismo retomamos aos primórdios do turismo moderno, quando a literatura marca enquanto precursor o Thomas Cook, pastor batista que na década de 1840, na Inglaterra, a fim de organizar campanhas contra o consumo de álcool promoveu uma viagem de trem entre algumas cidades pequenas.

Em 1841, organizou para 500 pessoas uma viagem a Leicester, sendo a primeira em larga escala, e depois começou a utilizar de maneira significativa o marketing e a publicidade para a atração de clientes; viagens de Londres para Glasgow com 800 pessoas. Ao ampliar as atividades em cidades de outros países da Europa a exemplo da França, Suíça, Alemanha, Itália, posteriormente do outro lado, para os Estados Unidos, Cook organizou e criou as agências de viagens, onde inicialmente as atividades eram realizadas por meio de trem, depois por via marítima, através de cruzeiros luxuosos, atendendo as classes mais favorecidas (ANSARAH, 2000; ASSUNÇÃO, 2012, p. 21). Esse movimento e deslocamento que deu forma ao que hoje constitui o turismo, não tem data específica na história. A palavra *tour*, de origem francesa, significa volta, enquanto no hebraico *tur*, na bíblia, quer dizer viagem de reconhecimento (BÔAS, SILVA, 2012, p. 5).

O turismo enquanto atividade social em sua origem compreende diferentes recortes temporais em diversas obras, desde os deslocamentos dos povos no Antigo Egito e impérios Grego e Romano, por meio de visitas aos templos e eventos festivos, peregrinações, considerando os povos nômades, no período paleolítico e atividades mercantis da época, portanto, caracterizado uma atividade embrionária do turismo. Já na Idade Média, ganhou outro caráter com as viagens cujo objetivo era militar e religioso, diante da fragmentação territorial, bem como econômica e política surgindo, sendo que antes os viajantes eram recebidos por mosteiros e moradores da região, cujo acolhimento não requeria retorno econômico, mas com o aumento de fluxo os custos cresceram, impossibilitando o atendimento e com isso as tabernas passaram a oferecer serviços de hospedagem em troca de remuneração (AMARAL JUNIOR, 2008).





## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

Entretanto, as agências foram criadas em contexto de expansão e domínio do capital, onde a sociedade já buscava a atividade turística por diferentes motivos, desejos, anseios, conforme diz Bôas e Silva (2012, p. 4):

O turismo começou a delinear-se da forma como a conhecemos hoje, tendo como principais modalidades: Termalismo, deslocamento motivado pelos balneários de águas termais; Cassinismo, motivado pelos jogos de azar, em Mônaco, por exemplo, houve implementação hoteleira e econômica advinda desta modalidade; Paisagismo, que surgiu como uma tentativa de turismo feita pela burguesia em ascensão que tentava partilhar dos hábitos da nobreza, até então única classe que praticava de fato o turismo, com alugueis de casas campestres ao verão; e, por último, o Montanhismo, viajantes que iam aos Alpes Suíços, por exemplo (REJOWSKI, 2002).

Já numa perspectiva de mercado, o conceito foi delineado em âmbito científico e acadêmico e utilizado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) quando diz que o turismo é um conjunto de atividades o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 8)

Entre as modalidades citadas e que impulsionaram o turismo a partir do século XIX, as ofertas e demandas aumentaram, as transformações e evolução coma tecnologia, onde tem-se alguns exemplos de modalidades elaboradas a partir da segmentação enquanto forma de organização do turismo objetivando o planejamento, gestão e mercado, sendo estabelecidos a partir de elementos de identidade da oferta e as características variáveis da demanda, conferindo tipos de turismo com base na existência de territórios: a) atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé) b) aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais) c) determinados serviços e infra-estrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer) (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, os produtos e roteiros turísticos, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), caracterizando segmentos ou tipos de turismo específicos, tendo aqui alguns destes: Turismo Social; Ecoturismo; Turismo Cultural; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Esportes; Turismo de Pesca; Turismo Náutico; Turismo de Aventura; Turismo de Sol e Praia; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo Rural; Turismo de Saúde; Turismo Gastronômico; Turismo religioso; Turismo de massa (tendo mais a ver com número de pessoas e não o motivo); Turismo de incentivo; Turismo Sustentável; Turismo de Consumo (fazer compras).



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

Essas são algumas modalidades no turismo convencional. Vale ressaltar que o Turismo de Base Comunitária difere também nesse sentido, pois não trata de modalidade e a distinção está na maneira de planejamento, organização e gestão dessa atividade, dando um caráter orgânico aos roteiros turísticos. As características do Turismo de Base Comunitária e do turismo convencional reflete, amplamente, essa distinção, conforme Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2-** Características do TBC e do Turismo Convencional

<b>TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA</b>	<b>TURISMO CONVENCIONAL</b>
Baseado no compartilhamento dos ganhos entre sujeitos da comunidade.	Baseado no lucro dos empresários.
Capital social, relação de confiança e transparência.	Capital proveniente do mercado, relação de oferta e demanda.
A cultura e o meio ambiente como base fundante da organização do turismo.	A cultura e o meio ambiente como mercadoria, produto, atrativo, atração, descaracterizando-os.
Valorização da identidade local.	Uniformização de culturas.
Organização em rede, coletiva, cooperativa, participativa, solidária, compartilhada.	Organização setorial, individualizada, competitiva, empresarial, centralizada.
Tem como fim a troca de experiências, de saberes e artesanatos manufaturados.	Tem como fim o consumo, compra e venda de produtos industrializados ou não.
Singularizado, o humano, o ser	Massificado, o consumidor, o ter.
Princípio na economia solidária, no comércio justo.	Princípio no mercado, na competição.
Autogestão	Gestão departamentalizada, fragmentada.
Protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo	Alijamento das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.
Trabalho.	Emprego, expropriação e precarização do trabalho, exploração de mão de obra.
Conscientização.	Alienação.
Grupos marginalizados, politizados, classes populares.	Grupos detentores do capital, do poder, classes dominantes, membros de elites.
Foco no desenvolvimento local sustentável do território.	Foco no crescimento econômico, especulação imobiliária.
Apoderamento e empoderamento das comunidades.	Apropriação privada, propriedade.
Espaço para organizações populares e iniciativas comerciais tradicionais formais e informais como quitandeiros, feiras populares, por exemplo.	Espaço para cadeias e redes internacionais, empreendimentos formais, de médio e grande porte, como complexos hoteleiros, shoppings centers, por exemplo.
Bem estar coletivo.	Bem estar individual

Fonte: Silva (*apud* SILVA; MATTA; SÁ, 2016)

Essa caracterização define e distingue os serviços de uma operadora de receptivo do turismo convencional comparada ao modo de gestão de uma operadora ancorada nas premissas do TBC. De acordo com Brasil (2007) para o Ministério do Turismo (MTUR) o segmento de agências e de operadoras constitui peso relativo no setor, sobretudo, no Brasil, ao considerar número de empresas, pessoal, valor adicionado e receita, empregando considerável



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

quantidade de trabalhadores, intermediando e comercializando serviços e pacotes turísticos, bem como passagens aéreas.

### 3.1 FUNÇÕES E TIPOLOGIAS DE AGÊNCIA DE TURISMO

Quanto às funções das agências de turismo, pode-se afirmar que é de sua responsabilidade divulgar, assessorar, fazer consultoria, conceber, organizar, comercializar, operacionalizar e implementar o produto turístico. No que refere às tipologias, estudiosos a exemplo de Tomelin (2001, p. 24-26) define as agências, a partir das atividades desenvolvidas no mercado mundial e brasileiro, classificando-as, conforme Quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 - Tipologias de Agência de Turismo**

<b>Classificação das Agências de Turismo</b>	<b>Descrição</b>
<b>Detalhistas</b>	Conhecidas no mercado nacional como agências de viagens ou agências varejistas, geralmente “não elaboram seus próprios produtos, mas principalmente comercializam “viagens com roteiros preestabelecidos” (pacotes), organizados por agências maioristas ou operadoras de turismo, e podem ou não oferecer serviços de receptivo. Mas agências detalhistas podem montar “pacotes” customizados para clientes específicos, incluindo todos os tipos de serviços turísticos. Algumas optam por trabalhar com segmentos de mercado específicos (ex: agências de intercâmbio), além de atender o público em geral.
<b>Maioristas</b>	Conhecidas no mercado nacional como agências atacadistas. Elaboram programas de viagens (pacotes), “que são repassados às agências detalhistas para a venda ao consumidor final”; não operam seus próprios programas e geralmente não vendem diretamente ao público.
<b>Operadoras</b>	Conhecidas no mercado nacional como operadoras. Elaboram e operam seus próprios programas de viagens (pacotes) “com seus próprios equipamentos ou subcontratação de operadores terrestres locais, e podem vender seus produtos às agências detalhistas e ao público em geral através de seus escritórios locais. No Brasil, as maioristas e as operadoras de turismo geralmente se confundem.
<b>Receptivas</b>	Conhecidas no mercado nacional como receptivas. “Prestam serviços para as operadoras de turismo e as demais agências de viagens por meio do oferecimento ao turista de uma gama variada de serviços”, como translaços (transfers) entre aeroporto e hotel (e vice-versa) e passeios pela cidade (city tours e sightseeing); assessoram o turista enquanto estiver no destino da viagem; e elaboram e vendem ao turista passeios e programas locais, cobrados à parte do pacote turístico.
<b>Consolidadoras</b>	Denominação comum no mercado informal. Consolidam serviços junto às transportadoras aéreas “repassando bilhetes às agências que não possuem credenciais para este fim”.
<b>Turismo escola</b>	Empresas-laboratório de instituições educacionais de cursos superiores de Turismo”, legalmente constituídas, “que desenvolvem ações didático



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

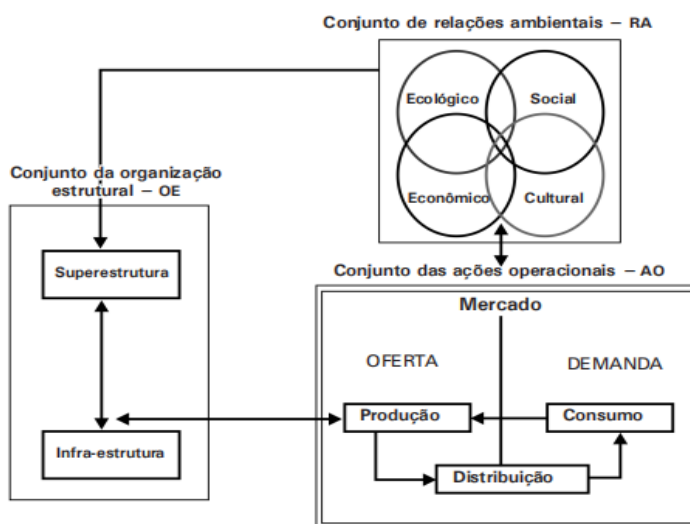
	pedagógicas e operacionais a fim de atender às necessidades de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais do egresso como agente de viagens”.
--	---

Fonte: Adaptado por Alves (2022) com base em Tomelin (2001).

Nesse sentido, o MTur trata do posicionamento e papel das agências na cadeia de turismo, onde afirma que o mercado se constitui basicamente por: **Fornecedores**, enquanto nível básico da cadeia por ser responsável pelo fornecimento dos serviços turísticos (transporte, alimentação, hospedagem, serviços complementares); **Agências de turismo** representam o nível intermediário entre os fornecedores (provedores) e os consumidores finais ou cliente do serviço turístico, cuidando da organização e comercialização desses serviços, integrando algumas tipologias como agência detalhista, operadora e receptiva, além da internet que chegou para integrar este nível devido sua relevância enquanto intermediário dos intermediário dos serviços ofertados; e **consumidor final**, sendo individual ou coletivo, formando o nível final dessa cadeia de serviços prestados pelos fornecedores (BRASIL, 2007, p. 6-7)

Essa cadeia de produção ocorre dentro do sistema turístico, o qual no campo da teoria, ao tratar dos Sistemas podem ser fechados ou abertos, sendo que no turismo, conforme nos diz Petrocchi (2001) enquanto atividade social, esse modelo é aberto pois interage com o meio externo onde há dinâmica com o meio ambiente e seus subsistemas. Contudo, no sistema criado por Beni (2007), o qual denominou Sistur, constitui três conjuntos: conjunto das relações ambientais (RA); conjunto da organização estrutural (OE); conjunto das ações operacionais (AO), conforme ilustrado na Figura 1, a seguir:

**Figura 1 - Modelo de Sistema Turístico-Sistur**



Fonte: Beni (2007, p. 48)

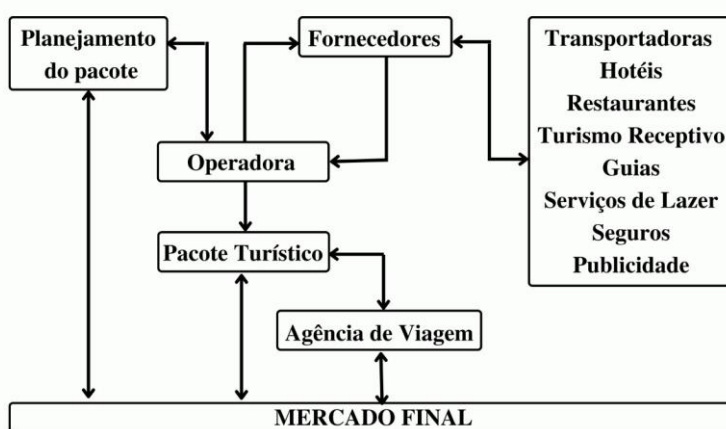


## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

Observa-se que no modelo de sistema turístico de Beni (2007), aparece o conjunto de relações ambientais na dimensão do turismo, o que pode configurar um estudo sobre os impactos dessa atividades no social, ambiental, econômico e cultural, para além da relação oferta-demanda de produto, no conceito de mercado. Para melhor compreensão dessa estrutura numa operadora é necessário trazer o conceito na perspectiva do turismo convencional, pois compõe o mercado turístico, o qual para a Embratur (1995) compreende as organizações governamentais e privadas que atuam no setor de “turismo e Eventos” como Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, artesãos Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de audiovisuais, etc.).

Petrocchi (2001) define operadoras como contratantes de serviços de transporte, hospedagem, alimentação, lazer e outros serviços complementares, integrando-os em um pacote turístico, que é vendido direta ou indiretamente ao público consumidor. Em geral, as operadoras colocam seus produtos para serem comercializados pelas agências de viagens. Como adquire produtos em quantidade maior, as operadoras obtêm descontos significativos e fora do alcance do cliente comum do turismo, até mesmo de agências de viagens. O organograma de Petrocchi (2001), representado na Figura 2, traz essa organização desde o planejamento dos pacotes até a comercialização.

**Figura 2 - Organograma de uma Operadora de Turismo**



Fonte: Petrocchi (2001)

No caso das operadoras, o cliente é a própria agência de viagens e em menor quantidade, alguns clientes finais, o turista. O consumidor poderia adquirir diretamente os mesmos



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

serviços, formando seu próprio pacote. Mas ele não conseguiria os preços praticados nem a conveniência e comodidade dos serviços propostos pela operadora.

As agências de turismo (agências de viagens e operadoras e demais tipologias já descritas) aparecem como serviços de superestrutura, por meio de um conjunto de serviços e equipamentos que propiciam a atividade turística a ser realizada. Para melhor entendimento acerca da Operadora de Receptivo em Turismo de Base Comunitária, faz-se necessário, tratar da sua função no turismo convencional, dentro do sistema que o compõe, para que na forma de organização do TBC, possa assim, considerar as especificidades necessárias a essa prática.

Nesse sentido, vale refletir sobre a comunidade local do destino turístico, que fica à margem desse sistema, exercendo um papel figurante no processo. Pensar se os modelos oferecem participação e se há desenvolvimento local, considerando impactos positivos e negativos do turismo. É com essa leitura que este trabalho propõe uma educação para a formação de colaboradores da Operadora de Receptivo Popular tomando como base uma educação alicerçada nas dimensões descritas no Sistur, quanto à relações ambientais, sendo aqui indicadas a partir da interlocução com o contexto, do trabalho enquanto princípio que educa e concretiza a operadora de receptivo, onde os princípios do TBC são as referências nesta prática dentro de uma economia solidária e dos setores populares, respeitando e acolhendo a autogestão dos empreendimentos.

### 3.1.2 CONCEPÇÃO DE OPERADORA DE RECEPTIVO POPULAR EM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A Operadora de Receptivo em Turismo de Base Comunitária foi desenhada enquanto produto final do processo de mobilização, planejamento, organização de moradores do Cabula e entorno para a prática do TBC compreendendo hoje as 17 comunidades do Quilombo Cabula, por meio do Projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno contemplado no Edital de 021/2010 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e vinculado à Incubadora de Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O Projeto contou com uma equipe multidisciplinar, em parceria ITCP, voluntários, pesquisadores, técnicos da UNEB e das comunidades, estudantes de ensino médio e superior, professores e pesquisadores dos vários cursos da área de conhecimento para então iniciar o processo de inventariação da oferta turística, neste caso, voltado para o TBC, nos 17 bairros contemplados pelo projeto, desenvolvendo ao longo do tempo diversas atividades nas





## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

comunidades, escolas como produtos a exemplo de roteiros alternativos: o primeiro feito pela comunidade de Pernambués e Saramandaia, com tema Horta Comunitária Pernambués-Saramandaia; Roteiro Gastronômico do Beiru; Trilha Horto-Mata Escura; Trilha Horto-Cabula I; Turistando pelo Beiru; Os Construtores de Pernambués, entre outros.

Em 30 de novembro de 2018, com a sua 1ª reunião e conclamando os bairros, para essa realização, sob a coordenação de Rosane Anjos enquanto integrante e articuladora comunitária do projeto desde sua origem, reuniu alguns moradores de Pernambués, onde reside, Saramandaia e outros bairros circunvizinhos para buscar a formação e formalização da então Operadora de Receptivo Popular (AQC), que já atuava na organização e realização de roteiros, alguns com hospedagem para os encontros de turismo de base comunitária que ocorre anualmente e organizado pelo “projeto TBC Cabula”, o ETBCES; visitação de grupos de estudantes de graduação e pós graduação; turistas nacionais e estrangeiros a exemplo do Chile.

A Operadora apresenta histórico de realizações e potencialidade para a prática do TBC, mas que necessita de pessoas engajadas, no coletivo para executar o trabalho necessário e que compete a uma Operadora de Receptivo Popular, conforme já foi dito por Anjos (2022), mas que vale acrescentar sobre o entendimento dessa organização que para além do papel de intermediar a oferta dos serviços (artesanato, hospedagem familiar, expressões artísticas e culturais, guiamento, lazer, transporte, projetos sociais, alimentação, traslado, casa de câmbio) aspectos que compõe as premissas para a prática do turismo de base comunitária para quem demanda por estes serviços(visitante/turista ), a responsabilidade de integrar o máximo de serviços disponíveis, tomando por base a economia solidária, neste caso, formando uma rede entre as 17 comunidades do Quilombo Cabula, conforme representação na Figura 3, a seguir:



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

**Figura 3 -** Representação dos Serviços Estruturantes do TBC



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Anjos (2022)

Pensando a estrutura de uma operadora com os princípios do Turismo de Base Comunitária e da Economia Solidária, buscou-se a representação de uma gestão onde o processo colaborativo e coletivo esteja presente. Na representação acima, as 17 comunidades do Quilombo Cabula compõe o território que dispõe ou se organiza para oferecer os serviços estruturantes para o Turismo de Base Comunitária e que aparecem em destaque, onde as cores representam a diversidade, o respeito a diferença, além de compor a logomarca da Operadora. A Operadora de Receptivo Popular AQC aparece no centro com a função de compor e representar democraticamente todos os bairros e serviços que serão oferecidos num roteiro turístico alternativo, tendo como base a economia solidária, portanto, o símbolo de mãos dadas.

Uma operadora com essa base tem como objetivo formar multiplicadores por meio da educação para o Turismo de Base Comunitária, que tem como premissa os princípios do trabalho colaborativo, autogestão, solidariedade e sustentabilidade mediante à formação que tenha na prática a extensão desses princípios, colocados numa estrutura de formação para os seus membros.



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

Os empreendimentos solidários organizados por cooperativas possuem como modelo econômico a autogestão, onde os sujeitos cooperados tomam as decisões e para participar do grupo os princípios básicos são: adesão livre e voluntária, espaços abertos para todos que se enquadrarem nas suas ideias (da cooperativa) e desejarem trabalhar, sendo também uma gestão democrática e participação econômica dos sócios nos direitos e responsabilidades de forma igualitária (MEDEIROS, p. 44, 2011).

O controle e condução dos fundamentos oriundos do cooperativismo não se traduz facilmente nas relações diárias numa organização, pois conforme diz Medeiros (2011) alguns modelos adotam e difundem e buscam a manutenção da dinâmica capitalista, em lugar de uma nova proposta de organização social, onde a organização da autogestão interna nem sempre fogem ao modelo capitalista em que as relações pautadas naquele que manda e os demais obedecem, quando a base da autogestão também está na autonomia, no direito a participação nas tomadas de decisões, nos deveres e lucros.

Uma operadora de receptivo popular tem como possibilidade a figuração de uma cooperativa alternativa, visando o bem estar social, a democratização e melhoria dos seus membros, não necessariamente visando aumento de lucro, buscando atividades como educação, formação e informação para todos os colaboradores ou cooperados, em prol do coletivo, ou enquanto associação que abrange essas atividades, além da economia.

As associações dentro do modelo de arranjos produtivos ou empreendimentos solidários são organizações que conforme diz Medeiros (2011) visam a promoção de educação, assistência social, cultural, política, interesses de classe e filantropia, enquanto as cooperativas têm finalidade estritamente econômica, cujo objetivo é viabilizar o negócio produtivo do coletivo no mercado, sendo que o conceito de associação refere-se à sociedade de pessoas sem fins lucrativos e as cooperativas sociedade de pessoas sem fins lucrativos, cuja atividade é especificamente produtiva/comercial.

Partido dos princípios do Turismo de Base Comunitária e da economia solidária, de acordo com Alves(2022) entende-se por uma operadora de receptivo popular em Turismo de Base Comunitária, uma organização autogestora, onde o trabalhador ou associado tenha papel central no processo produtivo, a saber, da organização, planejamento e gestão dos serviços que compreende essa atividade, agindo enquanto sujeitos das próprias decisões e coletivamente primando pela igualdade, democracia propiciando formação contínua dos seus membros por meio de uma aprendizagem significativa.



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – XII ETBCES

Adota-se ou sugere esse tipo de organização por se aproximar da natureza ou dos princípios do Turismo de Base Comunitária, economia solidária e da educação popular em sua essência, onde a organização também representa um instrumento político, econômico frente aos desafios impostos pelo sistema, visando a criação de estratégias que viabilizem e melhorem a qualidade de vida dos sujeitos.

### **4 METODOLOGIA**

As descrições e análises conceituais sobre Economia Solidária, Turismo de Base Comunitária, Educação Popular reflete os princípios norteadores que servirão como pontes para as práticas educativas objetivando a formação de estudantes da educação básica e ensino superior, adultos moradores do Quilombo Cabula para o mundo do trabalho, a partir de educação para o Turismo de Base Comunitária, considerando a gestão da Operadora de Receptivo Popular.

A pesquisa segue os ciclos que sugere a colaboração coletiva, onde a construção entre pesquisadora e comunidade começa a partir da leitura e validação do contexto buscando a educação proposta, onde em conformidade com a educação Freiriana, o respeito na escuta, autonomia e valorização dos saberes encontra espaço a partir de práticas pedagógicas viáveis nessa interlocução entre os sujeitos colaboradores, onde as aulas dialogadas e/ou rodas de conversas tornam-se indispensáveis enquanto ferramenta para o desenvolvimento de uma educação coerente com os princípios do TBC tendo como premissa o dialogismo.

Nesse sentido, a Pesquisa-Aplicação torna-se uma metodologia que permite o diálogo entre saber científico e saber popular, para buscar soluções práticas resultantes do desenvolvimento e experimento da proposta a qual deseja alcançar determinado objetivo, gerando nos questionamentos, perspectivas e demandas comuns ao cotidiano, portanto, corresponde ao sentido prático da educação popular que tem como premissa o diálogo, a igualdade plena do ser humano, a reflexão e questionamento, onde Freire (1980) diz que a conscientização não existe fora da práxis, sem os movimentos de ação reflexão, pois “[...] implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980, p.26).

Com isso, a cada ciclo, a ação-reflexão-ação se desenvolve, propiciando as mudanças e o refazer-se no mundo. Para tanto, em conformidade com o dialogismo e demais princípios extraídos, segue a descrição de aplicação cíclica da DRB, em seguida a organização deste



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

estudo seguindo o mesmo processo, conforme desenho das fases desenvolvido pelos autores, no Quadro 4:

**Quadro 4 - Fases da pesquisa DBR aplicadas na Pesquisa**

<b>FASES DA DBR</b>	<b>APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA</b>
<b>Fase 1.</b> Análise do problema por investigadores, usuários e/ou demais sujeitos envolvidos em colaboração.	Participação de oficinas sobre Turismo de Base Comunitária em escolas públicas do Quilombo Cabula e edição do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária na escola. Definição do problema; Elaboração do Contexto do Quilombo Cabula; Diálogo com a Operadora de Receptivo Popular AQC e demais moradores do Quilombo Cabula
<b>Fase 2.</b> Desenvolvimento da proposta de solução responsiva aos princípios de design, às técnicas de inovação e à colaboração de todos os envolvidos.	Encaminhamentos a partir do Contexto para articulação conceitual: Economia e Trabalho como princípio educativo; (economia solidária, economia dos setores populares e ecossocioeconomia); Fundamentação Teórica do Turismo de Base Comunitária e a concepção de gestão de Operadora de Receptivo Popular; Educação( dialogismo); Construção da proposta educacional para o Turismo de Base Comunitária.
<b>Fase 3.</b> Ciclos iterativos de aplicação e refinamento em <i>práxis</i> da solução.	Aplicação da proposta: Rodas de conversas e/ou aula dialogada; Encaminhamentos com ações oriundos dos diálogos; Levantamento de dados e reflexão/avaliação das ações.
<b>Fase 4.</b> Reflexão para produzir “Princípios de design” e melhorar implementação da solução.	Análise da solução e validação; Melhorar a implementação com a replicação; Análise dos resultados.

Fonte: Elaborado por Alves (2022) com base em Matta *et al.* (2014, p. 30)

Esta pesquisa faz parte do doutoramento em Educação e Contemporaneidade estando na fase 3 de desenvolvimento, portanto, sendo aplicada por meio de um curso de formação. Até o momento de aplicação o contexto reflete as resistências e permanências levantadas e segue para o processo de formação utilizando como base os princípios descritos neste trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Esse trabalho traz parte do processo de construção de uma proposta educacional para o Turismo de Base Comunitária enfatizando a formação de uma operadora de receptivo popular. A elaboração de modelo de aplicação, com base em princípios, revela a necessidade de validação e resposta, na realidade do contexto, a ser aplicada e construída, coletivamente, através de uma solução prática.

Pensar essa educação revela a necessidade de olhar para o campo de aplicação, o objetivo da formação. Para isso, fez-se o recorte do sistema turístico no turismo convencional, para que na organização dessa atividade na perspectiva do TBC, com aporte na economia



## XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

solidária, a referência seja de autogestão, onde o empreendimento tenha essa base e que portanto, fortalece a concepção de uma operadora de receptivo popular.

Nesse sentido, a proposta de Educação para o TBC se insere, sendo posta para reflexão, criação e refinamento, utilizando pesquisas anteriores, entretanto, aqui segue buscando o caminho didático pedagógico mais apropriado para o contexto e perfis dos colaboradores, considerando as sugestões da comunidade durante a pesquisa ou até mesmo a não resposta ao modelo aplicado, o que requer avaliação sobre até onde atendeu e o que precisa melhorar ou alterar.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Katiane. **Educação para o Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula**: processo de formação de estudantes do ensino médio usando jogo RPG digital como ferramenta pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2017.

ALVES, Katiane. **Correspondência pessoal**. Salvador, 2022.

ANJOS, Rosane Sales dos. **Correspondência pessoal**. Salvador, 2022.

ASSUNÇÃO, P. de. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX**: Viagens, espaço e cultura. Barueri: Manole, 2012.

AMARAL JUNIOR, J. B. C. **O Turismo na periferia do capitalismo**: A revelação de um cartão postal. 2008. 650 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2022.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Como aprender, como ensinar turismo**. 3º edição. Editora Senac. São Paulo. 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo** (12a ed.). São Paulo: Senac, 2007.

BÔAS, Caio Henrique da Silva Vilas; SILVA, Francisca de Paula Santos da. Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: Processo de Inventariação da Oferta e da Demanda Turística. *In*: Seminário de Pesquisa em Turismo Mercosul. Turismo e Paisagem: relação Complexa, V7, 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BRASIL, Ministério do Turismo. **O Turismo no Brasil: Panorama Geral, Avaliação da Competitividade e Propostas de Políticas Públicas para o Setor** – Neit-IE-Unicamp, 2007.

BRASIL. Projeto de Lei. **Política Nacional de Economia Solidária cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária**. Cidade: editora: 2012.





XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES

BRASIL, **Cidades e Estados. Censo demográfico**, Salvador, 2017.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

DIAS, Alane Amorim Barbosa; CUNHA, Fabiane Correia da; BISNETO, Josep Pereira Mascarenhas. A Economia Solidária na estrutura organizacional do Estado brasileiro. *In*: Semana de Economia da UESB, 13, 2014, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: Semana de Economia da UESB, 2014.

EMBRATUR. **Política de Turismo**. Brasília, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; BOAVENTURA, Edivaldo Machado Design-Based Research ou Pesquisa de Desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. 2014. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 23, n. 42, 2015, p. 23-36.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; AMORIM, Antônio. **O Contexto Histórico do Cabula: base dialética para a compreensão do Projeto TBC**. *In*: ETBCES - Educando para o Turismo de Base Comunitária, 10, 2020, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ETBCES, 2020. ISSN 2447-0600.

MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. **Turismo e economia solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do roteiro seridó norte-rio-grandense**, Natal: Universidade do Rio Grande do Norte, 2011.

Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

PEREIRA, E. Q. A Educação Popular hoje: múltiplas dimensões entre velhos e novos desafios. *In*: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 22, 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: Encontro de pesquisa educacional do norte e nordeste, 2014.

PETROCCHI, M. **Turismo: Planejamento e Gestão de Polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

SILVA, Francisca de Paula Santos da, *et al.* **Cartilha (in) formativa sobre Turismo de Base Comunitária “O ABC do TBC”**. Salvador: EDUNEB, 2012.

SILVA, Francisca de Paula, Santos da; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SÁ, Natália Silva Coimbra de, Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, abr. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.



**XII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária –XII ETBCES**

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 81-129.

TOMELIN, Carlos Alberto e TEIXEIRA, Athos. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos e do Marketing de Relacionamento nas Agências de Viagem. *In*: TRIGO, Luiz Gonzaga (org). **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.